

13 de novembro de 2017

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de setembro de 2017

Rendibilidade e eficiência

Melhoria suportada no resultado *core**

- **Resultado líquido de 133,3 milhões de euros** (-251,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2016), **beneficiando da expansão contínua do resultado *core****, que se cifrou em 823,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017**, comparando com 665,8 milhões de euros no mesmo período de 2016.
- **Um dos bancos mais eficientes da zona euro, com um rácio cost to income, excluindo itens específicos***, de 45,1%.**

Qualidade dos ativos

Redução de NPEs ultrapassa meta anual e coberturas evidenciam reforço significativo

- **NPEs em Portugal** reduzem-se em 1,4 mil milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, cifrando-se em 7,2 mil milhões de euros em 30 de setembro de 2017, **já abaixo do objetivo de 7,5 mil milhões de euros anunciado para o final de 2017.**
- **Aumento da cobertura total**** dos NPEs, incluindo garantias, para 105%.**

Evolução do negócio

Evolução favorável mantendo a qualidade do balanço

- **Estabilização da carteira de crédito *performing* em Portugal nos primeiros nove meses de 2017.**
- **Atividade de crédito com *performance* muito positiva**, tanto nos particulares como nas empresas.
- **Evolução favorável do negócio, com especial destaque para a captação de Clientes. Clientes ativos do Grupo totalizam 5,4 milhões**, um crescimento de 5,7% face a 30 de setembro de 2016.
- **Diminuição do financiamento do BCE em 37% para o nível atual do TLTRO (4,0 mil milhões de euros), que é inferior ao valor a que o Banco poderia aceder.**

Capital

Posição adequada

- **Reforço do rácio CET1 *fully implemented* para um valor estimado de 11,7%** em 30 de setembro de 2017, face a 9,5% em 30 de setembro de 2016. **Rácio CET1 *phased-in* atinge um valor estimado de 13,2%** e 12,2% nas mesmas datas.

* Resultado *core* = *core income* - custos operacionais; *Core income* = margem financeira + comissões. ** 799,6 milhões de euros excluindo o efeito positivo dos itens específicos. *** Itens específicos em 2017: impacto positivo de 23,7 milhões de euros em custos com o pessoal que inclui proveitos da negociação do ACT e custos de reestruturação; em 2016: 1,7 milhões de euros de custos de reestruturação. **** Por imparidades (balanço), *expected loss gap* e colaterais.

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	30 set. 17	30 set. 16	Var. 17 / 16
Balanco			
Ativo total	72.990	73.042	-0,1%
Crédito a clientes (bruto)	50.754	52.610	-3,5%
Recursos totais de clientes	70.231	66.781	5,2%
Recursos totais de balanço de clientes	52.265	50.576	3,3%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.690	48.937	3,6%
Crédito total, líq. / Recursos de clientes e outros empréstimos ⁽¹⁾	94%	101%	
Crédito total, líq. / Recursos totais de balanço de clientes	91%	97%	
Resultados			
Resultado líquido	133,3	(251,1)	
Margem financeira	1.023,2	907,0	12,8%
Produto bancário	1.594,3	1.571,9	1,4%
Custos operacionais	694,6	722,4	-3,8%
Custos operacionais recorrentes ⁽²⁾	718,3	720,6	-0,3%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	458,6	870,2	-47,3%
Outras imparidades e provisões	169,9	242,8	-30,0%
Impostos sobre lucros			
Correntes	82,8	76,5	
Diferidos	(19,7)	(144,7)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ^{(1) (3)}	2,9%	2,8%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁴⁾	0,4%	-0,3%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Ativo líquido médio ^{(1) (3)}	0,5%	-0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	3,2%	-7,7%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Capitais próprios médios ⁽¹⁾⁽³⁾	5,6%	-5,5%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽¹⁾	7,8%	9,3%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽¹⁾	1,2%	2,3%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽¹⁾	9,7%	11,4%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽¹⁾	3,3%	4,5%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	108,9%	100,9%	
Rácios de eficiência ^{(1) (2) (3)}			
Custos operacionais / Produto bancário	45,1%	45,8%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	45,7%	47,0%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	25,3%	26,0%	
Capital ⁽⁵⁾			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	13,2%	12,2%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,7%	9,5%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	589	634	-7,1%
Atividade internacional	542	555	-2,3%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	7.281	7.429	-2,0%
Atividade internacional	8.538	8.452	1,0%

(1) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(2) Exclui itens específicos: proveito de 23,7 milhões de euros em custos com o pessoal que inclui proveitos da negociação do ACT e custos de reestruturação nos primeiros nove meses de 2017 e 1,7 milhões de euros de custos de reestruturação nos primeiros nove meses de 2016.

(3) Dada a classificação do Banco Millennium Angola como operação em descontinuação entre março e maio de 2016, os saldos do balanço consolidado incluem os valores do Banco Millennium Angola até ao desreconhecimento determinado pela conclusão da operação de fusão com o Banco Privado Atlântico, em maio de 2016, enquanto o respetivo contributo para o resultado consolidado está refletido nas rubricas de resultados em operações descontinuadas ou em descontinuação e de Interesses que não controlam durante todo aquele período, não influenciando assim as restantes rubricas da demonstração de resultados consolidada.

(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(5) Os valores de setembro de 2017 e setembro de 2016 incluem os resultados líquidos acumulados dos respetivos períodos. Os valores de setembro de 2017 são estimados.

RESULTADOS E ATIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2017

No âmbito do processo de fusão do Banco Millennium Angola com o Banco Privado Atlântico, o Banco Millennium Angola foi considerado como operação em descontinuação em março de 2016, com o impacto dos seus resultados apresentado na rubrica “Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação”. Ao nível do balanço consolidado, os ativos e passivos do Banco Millennium Angola, S.A. continuaram a ser consolidados pelo método de consolidação integral até abril de 2016.

Após a concretização da fusão, em maio de 2016, os ativos e passivos do Banco Millennium Angola foram desreconhecidos no balanço consolidado, tendo o investimento de 22,5% no Banco Millennium Atlântico, a nova entidade resultante da fusão, sido registado pelo método da equivalência patrimonial, e o seu contributo para os resultados do Grupo sido relevado nas contas consolidadas a partir do mês de maio de 2016.

RESULTADOS

O **resultado core** do Millennium bcp aumentou 23,7% face aos 665,8 milhões de euros apurados nos primeiros nove meses de 2016, para um total de 823,2 milhões de euros no mesmo período de 2017, tendo beneficiado quer dos crescimentos de 12,8% da margem financeira e de 2,8% das comissões líquidas, quer da redução de 3,8% dos custos operacionais. Excluindo itens específicos (um proveito de 23,7 milhões de euros relacionado com proveitos da negociação do ACT e com custos de reestruturação nos primeiros nove meses de 2017 e um custo de 1,7 milhões de euros decorrente de custos de reestruturação nos primeiros nove meses de 2016), o resultado *core* atingiu 799,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, evidenciando um acréscimo de 19,8% face ao valor alcançado em igual período do ano anterior.

A evolução do resultado *core em base comparável* traduz os desempenhos positivos da atividade em Portugal (+13,9%) e da atividade internacional (+30,0%), tendo induzido a descida do rácio *cost to income*, excluindo itens específicos, para 45,1% nos primeiros nove meses de 2017, face aos 45,8% observados no período homólogo de 2016, salientado-se que, sem considerar o ajustamento dos itens específicos, o rácio *cost to income* de 30 de setembro de 2017 é mais favorável e evidencia uma progressão ainda mais positiva face ao final de setembro de 2016.

O resultado líquido dos primeiros nove meses de 2017 atingiu 133,3 milhões de euros, denotando uma melhoria substancial face aos 251,1 milhões de euros negativos registados em igual período do ano anterior, suportada pelo desempenho da atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido aumentou 395,0 milhões de euros, comparativamente aos primeiros nove meses de 2016, totalizando 0,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, apoiado na diminuição das imparidades e provisões e na expansão do resultado *core*.

O impacto positivo, líquido de imposto, dos itens específicos anteriormente referidos, atingiu 16,7 milhões de euros nos nove primeiros meses de 2017, que compara com a mais-valia de 20,9 milhões de euros líquida de impostos, registada em igual período de 2016 no âmbito da aquisição da Visa Europe pela Visa Inc.

Na atividade internacional, o resultado líquido totalizou 131,3 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2017 e 134,8 milhões de euros no período homólogo do ano anterior, refletindo os menores contributos das operações na Polónia e em Angola, não obstante o aumento do contributo das restantes operações, apesar dos efeitos cambiais negativos. No entanto, salienta-se que a evolução do contributo da Polónia se encontra penalizada pela mais-valia registada em 2016 com a aquisição da Visa Europe pela Visa Inc (26,3 milhões de euros), e pelo reconhecimento das contribuições obrigatórias, nomeadamente da contribuição para o Fundo de Resolução, que havia sido periodificada em 2016 e cujo valor de 2017 foi totalmente reconhecido em março de 2017, e o novo imposto sobre a banca polaca que teve início em fevereiro de 2016.

A **margem financeira** aumentou 12,8% face aos 907,0 milhões de euros registados nos primeiros nove meses de 2016, alcançando 1.023,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017. Esta evolução beneficiou dos desempenhos favoráveis quer da atividade em Portugal quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a margem financeira ascendeu a 591,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, traduzindo um aumento de 9,0% face ao período homólogo do ano anterior e refletindo

fundamentalmente a diminuição do custo de *funding*, determinada pelos impactos positivos do reembolso dos CoCos e da redução continuada das taxas de juro dos depósitos a prazo, não obstante a diminuição do rendimento das carteiras de crédito e de títulos.

Na atividade internacional, a margem financeira, não considerando os efeitos cambiais, aumentou 19,2% nos primeiros nove meses de 2017, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, refletindo o desempenho positivo de todas as subsidiárias, especialmente das subsidiárias em Moçambique e na Polónia.

A taxa de margem financeira nos primeiros nove meses de 2017 situou-se em 2,17%, que compara com 1,88% no período homólogo de 2016. Excluindo o impacto do custo dos CoCos, a taxa de margem financeira fixou-se em 2,19% nos primeiros nove meses de 2017 e em 1,98% em igual período de 2016.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 set. 17		30 set. 16	
	montante	taxa %	montante	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	2.937	0,91	3.208	0,58
Ativos financeiros	11.090	2,27	10.540	2,07
Créditos a clientes	48.033	3,30	49.750	3,22
Ativos geradores de juros	62.060	3,00	63.498	2,90
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	0		977	
Ativos não geradores de juros	10.571		9.962	
	72.631		74.437	
Depósitos de instituições de crédito	9.354	0,24	10.624	0,30
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.363	0,66	49.090	0,73
Dívida emitida	3.188	2,88	4.301	3,24
Passivos subordinados	941	6,87	1.654	7,31
Passivos geradores de juros	63.846	0,80	65.669	0,99
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	0		914	
Passivos não geradores de juros	2.166		2.457	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	6.619		5.397	
	72.631		74.437	
Taxa de margem financeira		2,17		1,88
Taxa de margem financeira (excl. custo dos CoCos)		2,19		1,98

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em setembro de 2017 e de 2016, à respetiva rubrica de balanço.

(1) Inclui a atividade da subsidiária em Angola (em 2016) e respetivos ajustamentos de consolidação.

As **comissões líquidas** ascenderam a 494,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, aumentando 2,8% face aos 481,1 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, impulsionadas pelo desempenho da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária na Polónia (+16,5% excluindo efeitos cambiais), tendo a evolução da atividade em Portugal sido afetada pelo registo pontual de um valor mais elevado em outras comissões bancárias no primeiro trimestre de 2016.

O aumento das comissões líquidas nos primeiros nove meses de 2017 reflete a evolução quer das comissões bancárias, quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros que cresceram 2,1% e 5,8%, respetivamente, face aos valores registados em igual período de 2016.

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 115,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, comparando com os 212,5 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2016, os quais refletem o registo da mais-valia de 91,1 milhões de euros decorrente da aquisição, pela Visa Inc, das

participações detidas pelo Banco em Portugal e pelo Bank Millennium na Polónia na Visa Europe, no segundo trimestre de 2016.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 97,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, mantendo-se em linha com os 96,3 milhões de euros também negativos contabilizados no período homólogo do ano anterior.

Esta rubrica incorpora os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, quer em Portugal quer na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos nos primeiros nove meses de 2017 foram inferiores aos do mesmo período de 2016 em 6,7 milhões de euros, devido essencialmente ao valor mais elevado das contribuições obrigatórias registado em 2017.

Inversamente, os outros proveitos de exploração líquidos na atividade internacional aumentaram 12,2% (15,2%, excluindo efeitos cambiais) nos primeiros nove meses de 2017, face ao período homólogo do ano anterior, não obstante a contabilização do custo anual estimado com o Fundo de Resolução da Polónia, no primeiro semestre de 2017 (periodificado em 2016) e o facto do novo imposto sobre a banca polaca ter tido início apenas em fevereiro de 2016.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, e os **resultados por equivalência patrimonial**, totalizaram, em conjunto, 58,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, face aos 67,6 milhões de euros alcançados no período homólogo de 2016, tendo esta evolução sido condicionada pelo impacto positivo nos resultados da UNICRE da transação da sua participação na Visa Europe ocorrida no primeiro semestre de 2016, não obstante o aumento, nos primeiros nove meses de 2017, da apropriação de resultados da participação detida no Banco Millennium Atlântico, a nova entidade resultante da fusão do Banco Millennium Angola com o Banco Privado Atlântico, que teve lugar desde maio de 2016.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 set. 17	30 set. 16	Var. 17/16
Comissões líquidas	494,6	481,1	2,8%
Comissões bancárias	400,0	391,7	2,1%
Cartões e transferências de valores	115,3	107,8	6,9%
Crédito e garantias	117,9	117,9	-0,1%
<i>Bancassurance</i>	71,4	66,4	7,6%
Contas	69,4	68,1	1,8%
Outras comissões	26,1	31,4	-16,7%
Comissões relacionadas com mercados	94,6	89,5	5,8%
Operações sobre títulos	63,2	61,2	3,3%
Gestão de ativos	31,4	28,3	11,0%
Resultados em operações financeiras	115,0	212,5	-45,9%
Outros proveitos de exploração líquidos	(97,0)	(96,3)	-0,7%
Rendimentos de instrumentos de capital	1,7	7,0	-75,8%
Resultados por equivalência patrimonial	56,8	60,6	-6,3%
Total de outros proveitos líquidos	571,1	664,9	-14,1%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	35,8%	42,3%	

Os **custos operacionais**, excluindo o efeito dos itens específicos (um proveito de 23,7 milhões de euros relacionado com proveitos da negociação do ACT e com custos de reestruturação nos primeiros nove meses de 2017 e um custo de 1,7 milhões de euros decorrente de custos de reestruturação nos primeiros nove meses de 2016), totalizaram 718,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, situando-se num nível

ligeiramente inferior (-0,3%) ao do mesmo período do ano anterior, refletindo as poupanças obtidas na atividade em Portugal e não obstante o aumento de custos verificado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos acima referidos, evidenciaram uma redução de 3,3% face aos primeiros nove meses de 2016, determinada pela diminuição dos custos com o pessoal e pelas poupanças obtidas nos outros gastos administrativos, tendo-se fixado em 447,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017.

Na atividade internacional, excluindo os efeitos cambiais, os custos operacionais aumentaram 5,3%, face ao montante contabilizado nos primeiros nove meses de 2016, essencialmente influenciados pela evolução das subsidiárias em Moçambique e na Polónia.

Os **custos com o pessoal**, excluindo o impacto dos itens específicos acima referidos, totalizaram 403,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, evidenciando uma redução de 1,2% quando comparados com os 408,7 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior. Esta redução foi determinada pela evolução da atividade em Portugal, que beneficiou do impacto provocado pela diminuição de 148 colaboradores face a 30 de setembro de 2016, apesar do Conselho de Administração do Banco ter decidido terminar antecipadamente o período de ajustamento temporário de rendimento que vigorou desde julho de 2014, na sequência do reembolso integral dos CoCos, com efeitos a partir de 30 de junho de 2017.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal sofreram um aumento de 6,1%, excluindo os efeitos cambiais, induzido pelas operações desenvolvidas na Polónia e em Moçambique.

Os **outros gastos administrativos** cifraram-se em 274,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, (274,9 milhões de euros em igual período do ano anterior), suportados pelo impacto positivo das medidas de racionalização e contenção de custos que têm vindo a ser implementadas em Portugal, que se traduziu numa redução de 5,4 milhões de euros face aos primeiros nove meses de 2016.

Na atividade internacional, não considerando efeitos cambiais, os outros gastos administrativos registaram um aumento de 5,4% influenciados essencialmente pela atividade em Moçambique.

As **amortizações do exercício** totalizaram 39,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, comparando com 37,0 milhões de euros registados no período homólogo de 2016, tendo esta evolução sido determinada pela atividade em Portugal, nomeadamente pelo maior nível de amortizações associadas a equipamento informático, imóveis e *software*. Na atividade internacional, não considerando os efeitos cambiais, as amortizações diminuíram 1,7% em relação aos valores contabilizados nos primeiros nove meses de 2016.

CUSTOS OPERACIONAIS	Milhões de euros		
	30 set. 17	30 set. 16	Var. 17/16
Custos com o pessoal	403,8	408,7	-1,2%
Outros gastos administrativos	274,8	274,9	-0,1%
Amortizações do exercício	39,7	37,0	7,3%
Subtotal ⁽¹⁾	718,3	720,6	-0,3%
Itens específicos			
Custos de reestruturação e revisão/negociação do ACT	(23,7)	1,7	
Custos operacionais	694,6	722,4	-3,8%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	447,5	462,9	-3,3%
Atividade internacional	270,8	257,7	5,1%

(1) Exclui o impacto dos itens específicos apresentados na tabela.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** diminuiu 47,3% face aos 870,2 milhões de euros registados nos primeiros nove meses de 2016, cifrando-se em 458,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017,

devido à evolução favorável da atividade em Portugal, que se traduziu numa melhoria do custo do risco do grupo, de 221 pontos base nos primeiros nove meses de 2016 para 120 pontos base no mesmo período de 2017.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 169,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, tendo diminuído 30,0% face aos 242,8 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, refletindo o menor nível de provisionamento relacionado com fundos de reestruturação empresarial e instrumentos de dívida, não obstante o reforço da imparidade dos outros ativos.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** situaram-se nos 63,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2017, comparando com -68,2 milhões de euros apurados em igual período de 2016.

Os referidos impostos incluem o gasto por impostos correntes de 82,8 milhões de euros (gasto de 76,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2016), líquido do rédito por impostos diferidos de 19,7 milhões de euros (rédito de 144,7 milhões de euros nos nove primeiros meses de 2016).

BALANÇO

O **ativo total** situou-se em 72.990 milhões de euros em 30 de setembro de 2017, comparando com 73.042 milhões de euros em 30 de setembro de 2016, sendo de salientar particularmente a diminuição da carteira de crédito a clientes, e o aumento verificado nos ativos financeiros disponíveis para venda.

O **crédito a clientes** (bruto) situou-se nos 50.754 milhões de euros em 30 de setembro de 2017, diminuindo face aos 52.610 milhões de euros apresentados em 30 de setembro de 2016, influenciado pela diminuição da atividade em Portugal, parcialmente compensada pelo aumento verificado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, o crédito diminuiu 5,8% face ao montante relevado em 30 de setembro de 2016, cifrando-se em 37.947 milhões de euros em 30 de setembro de 2017, em consequência das medidas tomadas no sentido de reduzir os NPEs, já que o desenvolvimento continuado de iniciativas de apoio ao financiamento das empresas e das famílias, refletidas nos crescimentos relevantes da produção de crédito a particulares e a empresas, favoreceram a estabilização da carteira de crédito *performing* nos primeiros nove meses de 2017.

A evolução do crédito a empresas foi também acompanhada de uma evolução estrutural no sentido de reduzir o peso das atividades de construção e imobiliárias e SGPS não financeiras.

Na atividade internacional, o crédito a clientes aumentou 4,0% (2,0% excluindo os efeitos cambiais) face ao valor obtido em 30 de setembro de 2016, suportado essencialmente no contributo das operações na Polónia e em Moçambique, nomeadamente no crescimento do crédito a empresas.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões semelhantes e equilibrados de diversificação, entre o final de setembro de 2016 e de setembro de 2017, com o crédito a empresas a representar 46% do crédito total concedido em 30 de setembro de 2017.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, evoluiu favoravelmente de 7,2% em 30 de setembro de 2016 para 6,1% em 30 de setembro de 2017, tendo o correspondente rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades aumentado de 100,9% em 30 de setembro de 2016 para 108,9% em igual data de 2017.

O rácio do crédito em risco no crédito total fixou-se em 9,7% em 30 de setembro de 2017, comparando favoravelmente com 11,4% em igual data do ano anterior. Em 30 de setembro de 2017, o rácio do crédito reestruturado ascendeu a 8,9% do crédito total, que compara com 10,1% registados em 30 de setembro de 2016 e o rácio do crédito reestruturado não incluído no crédito em risco cifrou-se em 4,9% do crédito total face a 6,0% no período homólogo de 2016.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 set. 17	30 set. 16	Var. 17/16
Particulares	27.174	28.346	-4,1%
Hipotecário	23.406	24.273	-3,6%
Consumo e outros	3.768	4.074	-7,5%
Empresas	23.580	24.263	-2,8%
Serviços	8.831	9.474	-6,8%
Comércio	3.287	3.136	4,8%
Construção	2.624	3.063	-14,3%
Outros	8.838	8.590	2,9%
Total	50.754	52.610	-3,5%
do qual:			
Atividade em Portugal	37.947	40.291	-5,8%
Atividade internacional	12.807	12.319	4,0%

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	628	669	2,3%	106,5%
Hipotecário	246	314	1,1%	127,6%
Consumo e outros	382	355	10,1%	92,9%
Empresas	2.481	2.718	10,5%	109,6%
Serviços	979	1.396	11,1%	142,6%
Comércio	218	194	6,6%	89,1%
Construção	706	622	26,9%	88,1%
Outros	577	506	6,5%	87,6%
Total	3.109	3.387	6,1%	108,9%

Os **recursos totais de clientes** foram reformulados, com referência à posição de 30 de setembro de 2017 (com valores comparáveis para o final de setembro de 2016), passando a refletir um conceito mais abrangente que inclui os montantes detidos por clientes no âmbito de acordos existentes para a sua colocação e administração.

Os recursos totais de clientes aumentaram 5,2% em 30 de setembro de 2017 face aos 66.781 milhões de euros registados em 30 de setembro de 2016, ascendendo a 70.231 milhões de euros. Este aumento foi suportado pelos desempenhos quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram os 51.493 milhões de euros em 30 de setembro de 2017, evidenciando uma subida de 4,5% relativamente aos 49.294 milhões de euros contabilizados na mesma data do ano anterior, beneficiando do acréscimo tanto nos recursos fora de balanço, (+1.321 milhões de euros), como nos recursos de balanço, dos quais se salienta a evolução dos recursos de clientes e outros empréstimos, que cresceram 947 milhões de euros face ao valor de 30 de setembro de 2016.

Os recursos totais de clientes na atividade internacional, registaram um aumento de 7,2% face aos 17.487 milhões de euros registados em 30 de setembro de 2016, situando-se nos 18.738 milhões de euros em 30 de setembro de 2017, influenciados essencialmente pelo desempenho da Polónia, nomeadamente pelo crescimento dos recursos de clientes e outros empréstimos. Não considerando os efeitos cambiais, os recursos totais de clientes da atividade internacional cresceram 5,8%.

Em 30 de setembro de 2017, os recursos totais de balanço de clientes representavam 74% dos recursos totais de clientes, com os recursos de clientes e outros empréstimos a representarem 72% dos recursos totais de clientes.

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, evoluiu favoravelmente de 101% em 30 de setembro de 2016 para 94% em 30 de setembro de 2017. O mesmo indicador, considerando os recursos totais de balanço de clientes, cifrou-se em 91% (97% em 30 de setembro de 2016).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 set. 17	30 set. 16	Var. 17/16
Recursos totais de balanço de clientes	52.265	50.576	3,3%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.690	48.937	3,6%
Débitos para com clientes titulados	1.575	1.638	-3,9%
Recursos fora de balanço de clientes	17.966	16.206	10,9%
Ativos sob gestão e fundos de investimento	8.354	7.505	11,3%
Produtos de capitalização	9.612	8.701	10,5%
Total	70.231	66.781	5,2%

A **carteira de títulos** ascendeu a 13.487 milhões de euros em 30 de setembro de 2017, que compara com 12.352 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, representando 18,5% do ativo total em 30 de setembro de 2017, acima dos 16,9% observados em 30 de setembro de 2016, refletindo essencialmente a evolução da carteira em Portugal.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Nos primeiros nove meses de 2017 observou-se um decréscimo de 1,8 mil milhões de euros das necessidades de financiamento *wholesale* em termos consolidados, suportado no aumento de capital e na redução do *gap* comercial em Portugal, cujos efeitos foram parcialmente contrabalançados sobretudo pelo aumento líquido das carteiras de títulos.

Ao longo deste período, o Banco procedeu à amortização da parcela remanescente dos CoCos (0,7 mil milhões de euros), a um ligeiro aumento do recurso a REPOS em Portugal (0,1 mil milhões de euros, atingindo um saldo de 2,4 mil milhões de euros) e à redução das tomadas colateralizadas junto do BCE (0,9 mil milhões de euros, para 4,0 mil milhões de euros, correspondente ao saldo das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas, denominadas TLTRO).

No que respeita ao endividamento de médio-longo prazo, e para além do reembolso de Medium Term Notes (MTN) no montante de 0,3 mil milhões de euros (para saldo nulo), sublinhe-se que a emissão remanescente de obrigações hipotecárias colocada em mercado, amortizada em junho, foi refinanciada por uma nova emissão de 1,0 mil milhões de euros no mesmo instrumento, com maturidade a 5 anos. Esta emissão assinalou o retorno do Banco aos mercados cerca de três anos depois da colocação de uma emissão de MTN, amortizada em fevereiro deste ano. Refira-se ainda a obtenção de um novo empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI)

no valor de 0,3 mil milhões de euros, elevando o saldo de empréstimos junto daquela entidade para 1,5 mil milhões de euros.

Em termos líquidos, as necessidades de financiamento junto do BCE reduziram-se em mil milhões de euros desde dezembro 2016, para 3,4 mil milhões de euros. O acentuado decréscimo no financiamento líquido no Eurosistema permitiu um reforço do *buffer* de liquidez junto do BCE em 1,5 mil milhões de euros face a dezembro de 2016, para 9,1 mil milhões de euros. Considerando *proforma*, no *buffer* de liquidez, o colateral em excesso afeto ao programa de obrigações hipotecárias (que, sob a forma de emissão própria visando o reforço da carteira de colateral elegível junto do BCE, representaria o reforço respetivo num montante nunca inferior a mil milhões de euros após *haircuts*, assumindo como pressuposto avaliações do BCE em linha com as verificadas para as restantes emissões retidas), bem como a carteira de *Treasury Bills* (0,6 mil milhões de dólares americanos), o valor da margem de segurança ascenderia a 10,6 mil milhões de euros, mais 1,5 mil milhões de euros que o valor comparável de dezembro de 2016.

CAPITAL

A CRD IV/CRR⁽¹⁾ exige requisitos de fundos próprios de Pilar 1 de 4,5%, 6% e 8% para CET1, *Tier 1* e fundos próprios totais, respetivamente. No entanto, no âmbito do SREP⁽²⁾, o Banco Central Europeu notificou o BCP sobre a necessidade do cumprimento de rácios de capital *phased-in*, durante o ano de 2017, de 8,15% (CET1), 9,65% (*Tier 1*) e 11,65% (Total), o que inclui requisitos adicionais de Pilar 2 de 2,4% e de conservação de capital de 1,25%.

O rácio CET1 estimado em 30 de setembro de 2017 fixou-se em 13,2% *phased-in* e em 11,7% *fully implemented*, refletindo acréscimos de 102 e de 222 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 12,2% e de 9,5% reportados ao final do período homólogo de 2016.

Este reforço dos níveis de capital foi determinado maioritariamente pela melhoria do CET1, que incorporou os aumentos de capital realizados no quarto trimestre de 2016 e no primeiro trimestre de 2017, apesar destes terem sido parcialmente aplicados no reembolso do remanescente dos CoCos, por um lado, e os resultados líquidos positivos gerados e os contributos favoráveis das reservas de justo valor e das reservas cambiais neste período, por outro, não obstante um maior nível de deduções associadas a impostos diferidos ativos e ao *gap* de *expected loss*, para além dos efeitos de *phase-in* que afetaram adicionalmente o rácio calculado nesta base.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR)

Milhões de euros

	30 set. 17	30 set. 16	30 set. 17	30 set. 16
	<i>PHASED-IN</i>		<i>FULLY IMPLEMENTED</i>	
Fundos próprios				
<i>Common equity tier 1 (CET1)</i>	5.062	4.669	4.423	3.570
<i>Tier 1</i>	5.062	4.669	4.491	3.583
Fundos próprios totais	5.448	5.052	4.813	3.914
Riscos ponderados	38.306	38.287	37.910	37.769
Rácios de solvabilidade				
CET1	13,2%	12,2%	11,7%	9,5%
<i>Tier 1</i>	13,2%	12,2%	11,8%	9,5%
Total	14,2%	13,2%	12,7%	10,4%

Notas:

Os rácios de setembro de 2017 são estimados e incluem os resultados líquidos positivos acumulados.

(1) *Capital Requirements Directive IV / Capital Requirements Regulation* (Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 575/2013)

(2) *Supervisory Review and Evaluation Process*

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

O Millennium bcp continuou a implementar o seu Plano Estratégico, merecendo destaque neste período:

- Continuação da implementação do plano de redução de NPEs, tendo sido já alcançado o objetivo de NPEs em Portugal para o final do ano. Neste âmbito, salienta-se ainda a criação da “Plataforma de Gestão de Créditos Bancários, ACE”, em conjunto com outros dois bancos portugueses, com o objetivo de aumentar a eficácia e celeridade nos processos de reestruturação de NPEs e de empresas.
- Celebração do 30.º aniversário do Banco Comercial Português na Bolsa Portuguesa e do 25.º aniversário do Bank Millennium na Bolsa de Valores de Varsóvia.
- Liderança nos financiamentos concedidos ao abrigo do Programa Portugal 2020, com 178,9 milhões de euros atribuídos durante os primeiros nove meses do ano.
- Concessão de um empréstimo de 500 milhões de euros ao Millennium bcp, por parte do Banco Europeu de Investimento, visando conceder financiamento às PME e empresas de média capitalização em Portugal.
- Distinção do Dr. Nuno Amado com o prémio de “Melhor CEO” nos Investor Relations & Governance Awards, atribuídos pela Deloitte. O Millennium bcp conquistou ainda o prémio de “Melhor Relatório e Contas Financeiro”, tendo sido também nomeado para “Melhor CFO para Investor Relations” e “Melhor *Investor Relations Officer*”.
- Distinção do Millennium bcp e do Bank Millennium como os “Melhores Bancos Digitais 2017” nos seus países, pela revista norte-americana Global Finance, no âmbito dos “The World’s Best Consumer Digital Banks”.
- Eleição do Bank Millennium como “Melhor Banco em Responsabilidade Social Corporativa da Europa Central e de Leste”, pela revista financeira Euromoney.
- Distinção do Millennium bim pelo seu desempenho no setor bancário com o prémio “Melhor Banco de Moçambique 2017” no âmbito dos Euromoney Awards for Excellence, atribuído pela revista financeira Euromoney.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma aceleração da economia mundial em 2017 (3,6%), refletindo a melhoria observada na primeira metade do ano nos indicadores de atividade da generalidade das economias, em particular nos países desenvolvidos, bem como a manutenção de um ambiente favorável nos mercados financeiros internacionais. No médio prazo, a continuidade do ciclo expansionista mundial está, no entanto, sujeita a importantes riscos que, de acordo com o FMI, estão particularmente relacionados com o ressurgimento de tensões no sistema financeiro global e a nível geopolítico.

Não obstante a evolução positiva da atividade económica global e o otimismo dos investidores, a política monetária dos principais bancos centrais não sofreu qualquer endurecimento adicional. Com efeito, o Banco Central Europeu prosseguiu com o seu programa de compra de dívida e a Reserva Federal dos EUA manteve as taxas de juro inalteradas no terceiro trimestre.

Apesar do agravamento dos riscos geopolíticos mundiais, em particular, decorrentes da crise na Península da Coreia, o quadro resultante da combinação da melhoria da economia global com a manutenção de um grau de extrema acomodação das condições monetárias globais favoreceu a apreciação da generalidade das classes de ativos financeiros. Na vertente acionista, é de destacar a valorização dos índices de referência norte-americanos para máximos históricos consecutivos, à semelhança do que ocorreu nos trimestres precedentes. No domínio das taxas de juro, a estabilidade do preço do petróleo e o modesto crescimento salarial nas economias desenvolvidas contribuiu para reforçar as expectativas de lenta normalização da política monetária nos principais blocos económicos, o que determinou uma ausência de direção na evolução das *yields* dos títulos de dívida pública dos países de menor risco, como a Alemanha e os EUA. A elevada quantidade de liquidez existente no mercado monetário interbancário do euro e a perspetiva de manutenção das taxas de juro diretas do BCE nos níveis atuais por muito tempo teve como consequência a fixação das taxas Euribor em terreno negativo em todos os prazos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, no primeiro semestre de 2017, o PIB português cresceu 2,9% em termos homólogos, o que representa uma forte aceleração face ao registado em igual período de 2016 (1,1%). O aumento do ritmo da atividade económica traduziu a forte recuperação do investimento e a melhoria do contributo da procura externa líquida, que permitiram atenuar o impacto da desaceleração do consumo privado e da retração dos gastos públicos. O contexto de maior dinamismo económico, a par com o processo de estabilização do sistema bancário e com a redução do saldo orçamental para níveis compatíveis com os exigidos pela União Europeia, contribuiu para que a agência de rating Standard & Poors' anunciasse uma subida da notação de crédito da dívida da república portuguesa para um grau de investimento, o que se repercutiu positivamente no desempenho dos ativos financeiros nacionais. No terceiro trimestre, o principal índice acionista português valorizou-se 5% e o prémio de risco dos títulos de dívida pública portuguesa face aos géneres da Alemanha reduziu-se significativamente.

Na Polónia, a prossecução de uma política orçamental expansionista conjugada com o aumento do investimento em construção, cofinanciado pelos fundos europeus, traduziu-se numa forte aceleração do consumo privado e na recuperação do investimento. O desempenho destas duas componentes impulsionou o PIB para patamares de crescimento homólogo em torno dos 4% nos dois primeiros trimestres de 2017. Não obstante o dinamismo da atividade económica, as pressões inflacionistas continuam controladas, pelo que o banco central da Polónia decidiu manter a sua política monetária inalterada, ficando a taxa de juro de referência em 1,50%. No cômputo do terceiro trimestre, o złóti manteve-se relativamente estável face ao trimestre anterior.

Após a forte desaceleração da atividade registada em 2016, a economia moçambicana tem vindo a dar sinais de recuperação, estimulada pelo forte aumento das exportações associadas aos megaprojetos, o que se tem repercutido na melhoria do défice da balança de transações correntes e na estabilização da taxa do câmbio do metical face ao dólar. Paralelamente, o governo tem vindo a apresentar um conjunto de medidas com vista à solidez das contas públicas. Neste contexto de melhoria da situação económica, o FMI prevê uma expansão do PIB de 4,7% em 2017, o que compara com uma taxa de crescimento de 3,8% em 2016. Em Angola, apesar do aumento do preço do petróleo face ao ano anterior, o nível das reservas cambiais líquidas continua a reduzir-se e a atividade económica apresenta ainda importantes fragilidades, com o FMI a prever que o crescimento do PIB se cifre em 1,5% este ano.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	set 17	set 16	Var.	set 17	set 16	Var.	set 17	set 16	Var.
Demonstração de resultados									
Margem financeira	1.023,2	907,0	12,8%	591,8	543,0	9,0%	431,4	364,0	18,5%
Rendimento de instrumentos de capital	1,7	7,0	-75,8%	1,1	6,5	-83,3%	0,6	0,5	29,4%
Resultado de serviços e comissões	494,6	481,1	2,8%	337,7	343,2	-1,6%	157,0	138,0	13,8%
Outros proveitos de exploração	(97,0)	(96,3)	-0,7%	(53,7)	(47,0)	-14,3%	(43,3)	(49,4)	12,2%
Resultados em operações financeiras	115,0	212,5	-45,9%	69,3	88,4	-21,6%	45,7	124,1	-63,2%
Resultados por equivalência patrimonial	56,8	60,6	-6,3%	32,4	50,6	-35,9%	24,4	10,0	142,8%
Produto bancário	1.594,3	1.571,9	1,4%	978,6	984,6	-0,6%	615,7	587,2	4,8%
Custos com o pessoal	380,1	410,4	-7,4%	235,2	273,9	-14,1%	144,9	136,5	6,2%
Outros gastos administrativos	274,8	274,9	-0,1%	164,1	169,5	-3,2%	110,7	105,4	5,0%
Amortizações do exercício	39,7	37,0	7,3%	24,5	21,2	15,4%	15,2	15,8	-3,5%
Custos operacionais	694,6	722,4	-3,8%	423,8	464,7	-8,8%	270,8	257,7	5,1%
Custos operacionais recorrentes ⁽¹⁾	718,3	720,6	-0,3%	447,5	462,9	-3,3%	270,8	257,7	5,1%
Resultados operacionais antes de imparidades e provisões	899,7	849,5	5,9%	554,8	520,0	6,7%	344,9	329,6	4,7%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	458,6	870,2	-47,3%	390,0	816,7	-52,3%	68,6	53,4	28,4%
Outras imparidades e provisões	169,9	242,8	-30,0%	168,5	234,2	-28,1%	1,4	8,6	-83,4%
Resultado antes de impostos	271,2	(263,5)	>200%	(3,6)	(531,0)	99,3%	274,8	267,5	2,8%
Impostos	63,1	(68,2)	192,5%	(0,9)	(136,4)	99,3%	64,0	68,2	-6,1%
Resultado após impostos de operações em continuação	208,1	(195,3)	>200%	(2,7)	(394,6)	99,3%	210,8	199,3	5,8%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	1,3	45,2	-97,2%	-	-	-	-	36,8	-100,0%
Interesses que não controlam	76,0	101,0	-24,7%	(3,5)	(0,3)	>200%	79,5	101,3	-21,5%
Resultado líquido	133,3	(251,1)	153,1%	0,8	(394,3)	100,2%	131,3	134,8	-2,6%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	72.990	73.042	-0,1%	53.436	54.410	-1,8%	19.554	18.632	4,9%
Recursos totais de clientes	70.231	66.781	5,2%	51.493	49.294	4,5%	18.738	17.487	7,2%
Recursos totais de balanço de clientes	52.265	50.576	3,3%	36.750	35.873	2,4%	15.515	14.703	5,5%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.690	48.937	3,6%	35.281	34.334	2,8%	15.410	14.603	5,5%
Débitos para com clientes titulados	1.575	1.638	-3,9%	1.469	1.539	-4,5%	105	100	5,6%
Recursos fora de balanço de clientes	17.966	16.206	10,9%	14.743	13.422	9,8%	3.223	2.784	15,8%
Ativos sob gestão e fundos de investimento	8.354	7.505	11,3%	5.635	5.168	9,0%	2.719	2.337	16,4%
Produtos de capitalização	9.612	8.701	10,5%	9.108	8.254	10,3%	504	447	12,9%
Crédito a clientes (bruto)	50.754	52.610	-3,5%	37.947	40.291	-5,8%	12.807	12.319	4,0%
Particulares	27.174	28.346	-4,1%	19.217	20.375	-5,7%	7.957	7.971	-0,2%
Hipotecário	23.406	24.273	-3,6%	17.203	17.902	-3,9%	6.202	6.371	-2,6%
Consumo e outros	3.768	4.074	-7,5%	2.013	2.473	-18,6%	1.755	1.600	9,7%
Empresas	23.580	24.263	-2,8%	18.730	19.916	-6,0%	4.850	4.347	11,6%
Serviços	8.831	9.474	-6,8%	7.844	8.641	-9,2%	987	833	18,5%
Comércio	3.287	3.136	4,8%	2.231	2.164	3,1%	1.056	973	8,6%
Construção	2.624	3.063	-14,3%	2.294	2.756	-16,8%	330	307	7,6%
Outros	8.838	8.590	2,9%	6.361	6.356	0,1%	2.476	2.235	10,8%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total	3.216	3.914	-17,8%	2.868	3.615	-20,7%	349	299	16,6%
Crédito vencido há mais de 90 dias	3.109	3.770	-17,5%	2.807	3.517	-20,2%	302	253	19,3%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	6,1%	7,2%		7,4%	8,7%		2,4%	2,1%	
Imparidade do crédito (balanço)	3.387	3.804	-11,0%	2.932	3.408	-14,0%	455	396	14,9%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total	6,7%	7,2%		7,7%	8,5%		3,6%	3,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	108,9%	100,9%		104,5%	96,9%		150,8%	156,5%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	120	221		137	270		71	58	
Crédito reestruturado / Crédito total ⁽²⁾	8,9%	10,1%							
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	4,9%	6,0%							
Rácio de eficiência ⁽¹⁾	45,1%	45,8%		45,7%	47,0%		44,0%	43,9%	

(1) Exclui itens específicos.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, na versão vigente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

**Demonstrações Intercalares Condensadas dos Resultados Consolidados
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016**

	30 setembro 2017	30 setembro 2016
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.431.812	1.429.522
Juros e custos equiparados	(408.610)	(522.534)
Margem financeira	1.023.202	906.988
Rendimentos de instrumentos de capital	1.686	6.961
Resultado de serviços e comissões	494.640	481.146
Resultados em operações de negociação e de cobertura	70.651	85.719
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	44.348	126.794
Resultados da atividade seguradora	3.668	2.499
Outros proveitos / (custos) de exploração	(102.147)	(94.586)
Total de proveitos operacionais	1.536.048	1.515.521
Custos com o pessoal	380.118	410.409
Outros gastos administrativos	274.764	274.946
Amortizações do exercício	39.715	37.001
Total de custos operacionais	694.597	722.356
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	841.451	793.165
Imparidade do crédito	(458.594)	(870.188)
Imparidade de outros ativos financeiros	(48.485)	(178.650)
Imparidade de outros ativos	(94.036)	(35.145)
Imparidade do goodwill de subsidiárias	(4)	(10.097)
Imparidade do goodwill de associadas	(9.006)	-
Outras provisões	(18.378)	(18.937)
Resultado operacional	212.948	(319.852)
Resultados por equivalência patrimonial	56.791	60.608
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	1.459	(4.243)
Resultado antes de impostos	271.198	(263.487)
Impostos		
Correntes	(82.831)	(76.537)
Diferidos	19.720	144.750
Resultado após impostos de operações em continuação	208.087	(195.274)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	1.250	45.227
Resultado após impostos	209.337	(150.047)
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	133.309	(251.080)
Interesses que não controlam	76.028	101.033
Resultado do período	209.337	(150.047)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,014	(0,278)
Diluído	0,014	(0,278)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanços Consolidados Condensados em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016

	30 setembro 2017	31 dezembro 2016	30 setembro 2016
	(Milhares de Euros)		
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.144.795	1.573.912	2.618.275
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.113.371	448.225	421.850
Aplicações em instituições de crédito	805.331	1.056.701	1.628.151
Créditos a clientes	47.367.178	48.017.602	48.805.818
Ativos financeiros detidos para negociação	922.677	1.048.797	1.090.767
Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	142.253	146.664	145.605
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.914.693	10.596.273	10.680.030
Ativos com acordo de recompra	70.959	20.525	19.983
Derivados de cobertura	165.322	57.038	106.115
Ativos financeiros detidos até à maturidade	436.278	511.181	415.611
Investimentos em associadas	612.807	598.866	574.626
Ativos não correntes detidos para venda	2.286.122	2.250.159	2.112.762
Propriedades de investimento	14.234	12.692	61.929
Outros ativos tangíveis	478.975	473.866	463.459
Goodwill e ativos intangíveis	164.560	162.106	188.823
Ativos por impostos correntes	7.583	17.465	35.011
Ativos por impostos diferidos	3.135.169	3.184.925	2.790.693
Outros ativos	1.207.424	1.087.814	882.088
	<u>72.989.731</u>	<u>71.264.811</u>	<u>73.041.596</u>
Passivo			
Recursos de instituições de crédito	9.185.514	9.938.395	11.302.736
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.690.359	48.797.647	48.937.144
Títulos de dívida emitidos	3.096.181	3.512.820	3.919.170
Passivos financeiros detidos para negociação	461.806	547.587	610.479
Derivados de cobertura	216.295	383.992	383.149
Provisões	340.989	321.050	279.997
Passivos subordinados	858.167	1.544.555	1.682.860
Passivos por impostos correntes	8.835	35.367	5.508
Passivos por impostos diferidos	2.235	2.689	2.151
Outros passivos	1.071.302	915.528	970.040
	<u>65.931.683</u>	<u>65.999.630</u>	<u>68.093.234</u>
Capitais Próprios			
Capital	5.600.738	4.268.818	4.094.235
Títulos próprios	(282)	(2.880)	(3.106)
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Ações preferenciais	59.910	59.910	59.910
Outros instrumentos de capital	2.922	2.922	2.922
Reservas legais e estatutárias	252.806	245.875	245.875
Reservas de justo valor	44.033	(130.632)	(66.067)
Reservas e resultados acumulados	(58.028)	(102.306)	(22.820)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	133.309	23.938	(251.080)
	<u>6.051.879</u>	<u>4.382.116</u>	<u>4.076.340</u>
Interesses que não controlam	1.006.169	883.065	872.022
	<u>7.058.048</u>	<u>5.265.181</u>	<u>4.948.362</u>
	<u>72.989.731</u>	<u>71.264.811</u>	<u>73.041.596</u>

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra, ativos financeiros detidos até à maturidade e outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados.

Cobertura de *non-performing loans* por imparidade de balanço - rácio entre as imparidades de balanço e NPL.

Cobertura do crédito a clientes com incumprimento por imparidades de balanço - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes com incumprimento (bruto).

Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço e garantias reais e financeiras - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o montante de garantias reais e financeiras associadas, e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

Cobertura do crédito vencido - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias.

Core income - margem financeira e comissões.

Crédito a clientes com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito a clientes com incumprimento, líquido - crédito a clientes com incumprimento deduzido das imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Crédito a clientes em risco - conceito mais abrangente do que o conceito de NPL, incorporando também créditos reestruturados cujas alterações contratuais relativamente às condições iniciais resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco mais elevada do que anteriormente; os créditos reestruturados que resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco inferior (por exemplo através do reforço do colateral) não estão incluídos no crédito em risco.

Crédito a clientes em risco, líquido - crédito a clientes em risco deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Crédito vencido - Crédito cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Custo do risco, bruto (expresso em pb) - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes (bruto).

Custo do risco, líquido (expresso em pb) - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito (líquidas de recuperações) contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes (bruto).

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Gap comercial - diferença entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e os recursos totais de balanço de clientes.

Non-performing exposures (“NPE”, de acordo com a definição da EBA) - Crédito vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, mesmo se reconhecido como crédito em incumprimento ou crédito com imparidade. Considera adicionalmente todas as exposições se o crédito vencido a mais de 90 dias representar mais de 20% da exposição total do devedor, mesmo se não estiver classificado como crédito com imparidade. Inclui ainda o crédito no período de quarentena, durante o qual o devedor tenha demonstrado capacidade para cumprir com as condições de reestruturação, mesmo se a reestruturação tenha conduzido à saída das classes de crédito em incumprimento ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros resultados de exploração.

Produtos de capitalização - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Rácio de *cost to core income* - rácio entre custos operacionais e o *core income*.

Rácio de crédito com incumprimento - rácio entre o valor de crédito com incumprimento e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de crédito com incumprimento, líquido - rácio entre o valor de crédito com incumprimento (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Rácio de crédito em risco - rácio entre o valor de crédito em risco e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de crédito em risco, líquido - rácio entre o valor de crédito em risco (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Rácio de eficiência - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de *non-performing loans* - quociente entre o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado, e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de transformação - rácio entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de depósitos de clientes.

Rácio *loan to value* (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos totais de balanço de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados (depósitos de clientes).

Recursos totais de clientes - recursos totais de balanço de clientes, produtos de capitalização, ativos sob gestão e fundos de investimento.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio. Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio.

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado *Core* (*Core net income*) - corresponde ao agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros nove meses de 2016 e 2017 não foram objeto de auditoria ou revisão.